

Desafios da pesquisa em comunicação e a infância no noticiário latino-americano

Rosane Rosa*

Resumo

Este artigo apresenta o relato da pesquisa intitulada *Conocer para intervenir: infancia, violencia y medios*, que envolveu universidades em oito países latino-americanos, para a análise da representação social da infância e da adolescência no jornalismo impresso e televisivo e na ficção. A ênfase neste texto, no entanto, é a representação no jornalismo. Inicialmente, são apresentados alguns desafios da pesquisa em comunicação, e posteriormente estão relatados os principais resultados da pesquisa, em relação a esse contexto macro.

Palavras-chave: jornalismo, representação social, infância, pesquisa

ABSTRACT

*This article presents the description of the research named *Knowing to interfere: childhood, violence and media*, which involved universities in eight (8) Latin American countries for the analysis of the social representation of the childhood and adolescence in press and television journalism and in fiction as well. However, in this text the emphasis is on the representation in journalism. First, some challenges in the research are presented, and later the main results are reported referring to this macro context.*

23

Key-words: journalism, social representation, childhood, research

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); coordenadora, no Brasil, da equipe de Jornalismo Impresso, e integrante da equipe de Telejornalismo da Pesquisa Conocenter para intervenir: infancia, violencia y medios; docente licenciada do curso de comunicação social da PUC/PR e UTP/PR.

Introdução

A intenção deste artigo é partilhar resultados de uma pesquisa, realizada na América Latina, envolvendo a representação da infância e da adolescência no jornalismo impresso e televisivo. A pesquisa integra um projeto maior, denominado *Vozes por un continente sin violencia*, promovido pela Oficina Internacional Católica da Infância (BICE), com a participação de pesquisadores de universidades de oito países latino-americanos (Brasil, Uruguai, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Paraguai e Peru), através das suas faculdades de comunicação. A coordenação geral foi das pesquisadoras da Universidade Católica do Uruguai, Mônica Maronna e Rosario Sánchez Vilela.

A pesquisa teve como objetivo geral investigar o tratamento das temáticas vinculadas à infância e à violência nos meios de comunicação, para conhecer as representações que circulam e que integram o repertório disponível para o cidadão comum pensar, ordenar e interpretar o mundo.

Para levar a cabo a pesquisa, o instrumento analítico foi constituído pela narratologia, a qual permite conhecer os estereótipos e suas implicações ideológicas e comportamentais, assim como avaliar e valorizar as responsabilidades dos meios de comunicação e dos comunicadores. Assim, a narração entendida como prática humana constitui uma forma de conhecimento e organização do mundo e é uma tentativa de tornar a experiência inteligível. A narração é produtora de sentidos e expressa visões de mundo que a legitimam, em maior ou menor grau. Além disso, ela permite a identificação de enigmas, instâncias de tensão e distensão, complicação-resolução, organização temporal, relações causais e hierarquizações. A análise narratológica se concentrou em duas dimensões principais: a história – o fato ocorrido e os personagens envolvidos – e o discurso – como a história foi narrada.

24

Na pesquisa brasileira foram priorizados os principais tele-noticiários dos canais públicos (Televisão Educativa do Rio Grande de Sul – TVE RS) e privados de TV aberta (Rede Globo, Rede Brasil Sul – RBS TV), uma vez que atingem os diferentes níveis sociais, propiciando assim uma maior expansão das representações contidas nas suas programações. No jornalismo impresso foram selecionados jornais de circulação local (*Zero Hora/ ZH*) e nacional (*Diário de Pernambuco/ DP, Folha de São Paulo/ FSP*), de maior prestígio, penetração e tiragem.

Quanto aos conceitos que nortearam a análise, partimos do pressuposto de que os meios de comunicação, enquanto prática cultural, constituem-se como espaços de diversidade discursiva, em que se negociam poder, identidades e representações sociais. Trata-se, portanto, de espaços de produção e reprodução de sentidos. Por outro lado, as percepções sobre esse contexto midiático são produtos da experiência dos diversos âmbitos da

produção e da recepção, que se objetivam através dos discursos, discurso entendido como o processo social de dar e reproduzir sentidos, como formas de pensar e de falar sobre distintas áreas da experiência social, portanto sujeito à dinâmica sociocultural. Nesse quadro, a infância é compreendida como construção cultural que se produz discursivamente. Assim, os discursos fazem parte da cultura e das significações sociais.

A Convenção dos Direitos da Criança (1989) caracteriza a criança como sujeito de direito internacional. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) resgatou juridicamente a cidadania e a atenção universalizada a todas as crianças e adolescentes respeitando as normas internacionais. Representa, assim, uma nova visão em termos de cidadania e direitos, que integra parte de um discurso mais amplo sobre os direitos da cidadania na democracia. É necessária, no entanto, a passagem do plano das declarações à constituição efetiva de uma nova cultura de infância.

Nesse processo, os meios de comunicação afirmam e legitimam determinadas concepções e percepções, embora possam, também, ser espaços de mudanças, campo de luta pelo sentido. É possível, portanto, introduzir nos meios novos discursos, usá-los como instrumento de transformação, jogando com sua capacidade amplificadora, no sentido de contribuir para uma maior compreensão da situação da infância, assim como de consolidar uma visão de criança como cidadão. A mídia tem a possibilidade e a responsabilidade de dar presença, visibilidade e expansão àquilo que ainda se mantém latente e em nível das declarações e convenções nacionais e internacionais.

Para chegar ao relato da pesquisa coletiva *Conocer para intervenir: infancia, violencia y medios*, foram mencionados desafios para a produção de pesquisas na área, buscando contextualizar o cenário de investigação em que se desenvolveu o projeto.

Desafios nas pesquisas em comunicação

No campo da pesquisa em comunicação, o objeto amplo são as “interações da comunicação”. Em decorrência da importância central da mídia na sociedade contemporânea, constata-se, também, sua centralidade nas pesquisas da comunicação, enquanto fenômeno histórico e social (BRAGA, 2001).

No que se refere às pesquisas comunicacionais sobre a temática da infância e da adolescência, parece ter predominado a pesquisa sob o ângulo do sistema profissional de produção e análise de produtos. Percebe-se certa dificuldade nesses estudos, no sentido de contemplar a interação social comunicacional com os demais elementos, com seus processos, objetivos e conflitos. No que tange ao jornalismo, as pesquisas apontam uma realidade latino-americana (MARONA; VILELA, 2004), em que as notícias sobre o

tema reproduzem estereótipos, são essencialmente sentimentais, melodramáticas e descontextualizadas. Mundialmente, as pesquisas também mostram semelhante realidade (CARLSSON; FEILITZEN, 1999; PONTE, 2002; 2005).

Diante desse panorama, não se pode simplesmente resignar-se, mas deve-se assumir o desafio em rede de um movimento de resistência e responsabilidade, pela qualidade da informação pública, como direito da sociedade. O maior desafio dos pesquisadores da mídia noticiosa é trabalhar para que, parafraseando Martín-Barbero (1984, p.34), frente ao jornalismo popular “sensacionalista”, comece a ser gestado um jornalismo “sério”. Assim também se produz uma outra iconografia, na qual se constituem a resistência e a recusa, e com a qual se pode educar academicamente e politicamente. Essa iconografia se posiciona contra uma outra atual, popular e comercial, na qual se constitui a vulgarização da realidade. Para a concretização desse desafio maior, propõem-se desafios específicos e de diferentes ordens.

Desafio epistemológico

Os problemas de como apreender o mundo externo e de como se constrói o saber atravessam as Ciências Humanas. Ainda convivemos com a herança cartesiana¹, que institui o paradigma do monologismo do “sujeito puro” e do “objeto puro”, deslocados do macro contexto, em que o mundo está praticamente restrito ao que pensamos dele.

26

Apesar de a pesquisa crítica da comunicação de massa, na América Latina, ser definida por sua ruptura com o funcionalismo, temos que concordar com Martín-Barbero (1984, p.25) quando ele disse que “[...] talvez essa ruptura tenha sido mais afetiva que efetiva”. Percebemos, na prática de pesquisa, a dificuldade de assumir a complexidade dos processos midiáticos, rompendo com a herança da razão instrumental e do pragmatismo de operacionalizar um modelo.

O desafio que o autor (1984, p.26) apresenta é o de contemplar, nas pesquisas da comunicação, a “[...] complexidade e a opacidade do processo, tudo aquilo que excede e subverte o tranqüilo ir e vir da informação”, mas que é vestígio do sujeito histórico social, político e cultural. Como prestar conta dessa diversidade e da complexidade dos processos envolvidos? Trata-se de uma difícil, mas necessária, ruptura, que possibilita localizar historicamente os processos e os produtos veiculados e também contextualizá-los em relação aos demais espaços sociais. Isso impõe outro desafio à pesquisa em comunicação, que é avançar na criatividade metodológica.

Desafio metodológico

O desafio metodológico centra-se na escolha de métodos que não aprisionem o objeto, submetendo-o simplesmente à sua mensuração estatística e a algumas especulações, descartando, segundo Martín-Barbero (1984, p.26), “[...] a complexidade e a opacidade do processo”. O autor alerta para o fato de que o “resto”, que definitivamente não pode ser descartado, é o conflito, a mudança, o imaginário e o simbólico que, desde Marx e Freud, forma o campo do real histórico e do pensável.

Assim, um método não é apenas um instrumento para estudar um problema de pesquisa. Martín-Barbero (1984, p. 26-27) caracteriza-o, também, como um ponto de vista sobre o objeto, que impede ou possibilita que algo seja considerado problema. Para testar a eficácia de um método, ele sugere uma série de perguntas incômodas ao pesquisador: “[...] eficaz para que e para quem? O que é objetivável a partir desse método, que instância, que dimensões do real podem converter-se em ‘objetos’ de conhecimento, em problemas?”

Walter Marques (2001), autor do livro *Infâncias (pré) ocupadas*, sugere a adoção de uma metodologia que recorra a múltiplos enfoques, para possibilitar uma construção marcada de possibilidades. Estas, segundo ele, podem ampliar o leque de compreensão dos distintos fatores que comparecem durante o processo de organização e interpretação das pesquisas. O autor admite que costurar diferentes abordagens teóricas (sistêmica, dialética, histórico-social e hermenêutica) não constitui tarefa fácil, pois uma discussão remete a outra. Por exemplo, para entender a representação da infância segundo uma visão hermenêutica torna-se necessário recorrer aos significados sociais e históricos da infância na nossa cultura, o que, por sua vez, esbarra em aspectos ligados à formação da identidade, tanto na perspectiva dialética, quanto em um enfoque sistêmico, dependendo do caso.

27

Desafio político

O principal desafio político que se coloca à pesquisa da comunicação é “[...]desenvolver e colocar a público um debate não abstrato, mas de resultados” (BRAGA, 2004). Esses resultados oferecidos à sociedade e a capacidade de integrá-los e incorporá-los à vida cotidiana representam a principal velha e nova essência da pesquisa em comunicação – jornalismo. Mais especificamente, são aspectos também diretamente ligados à temática da infância e da adolescência, em que o debate é acirrado, mas se percebem reduzidas situações de consenso e ações práticas.

Nesse mesmo sentido, Martín-Barbero (1984, p.26) alerta para o risco de esquizofrenia da pesquisa, de um discurso vago e generalizante, que oculta a falta de trabalho empírico e o escapismo político:

[...] se faz pesquisa para não ter que passar à ação, ou melhor, se faz um tipo de pesquisa que não nos envolva, ou melhor, uma pesquisa generalizante que não exija ‘prática’ alguma, porque pesquisando o particular, sobre o qual é possível intervir, corre-se o risco de descobrir não somente argumentos para ‘criticar’ o sistema senão ferramentas para transformá-lo.

Desafio de valorização de um jornalismo social

É vital nos recortes dos objetos de pesquisa na mídia noticiosa a inclusão de “coberturas-referência”. Isso é importante, mesmo sabendo-se que a tendência predominante está distante de uma cobertura ampla e racional, e ainda considerando-se que, normalmente, essas referências ainda estão longe de representar linhas editoriais consolidadas. Em geral, são frutos de posturas individuais ou períodos casuais, que coincidem com a veiculação de campanhas institucionais – por exemplo, as campanhas *Criança Esperança*, da Rede Globo, *O amor é a melhor herança: cuide das crianças e Educar é tudo*, da Rede Brasil Sul de Comunicações (RBS). Essa perspectiva é fundamental para evidenciar à grande parte dos atuais e futuros jornalistas e da sociedade que, no jornalismo, há não somente cumplicidade com os setores dominantes, mas também possibilidade de comprometimento com a sociedade.

28

Portanto, pesquisar reportagens que servem de referência pode reduzir o estado de resignação de muitos professores, estudantes e profissionais no sentido de que a realidade é essa mesma: sem saída e decorrente da vitória das regras estritamente mercadológicas. Essas pesquisas podem comprovar a viabilidade e a presença de alternativas à homogeneidade que tem prevalecido. Podem ajudar a pensar e propor alternativas de como representar as crianças e os adolescentes na mídia, considerando-se a diversidade cultural, social, étnica, de gênero, religiosa, entre outras, sem reproduzir estereótipos e sem retirar deles a condição de serem representados e humanizados no lugar social em que estão inseridos. Há a possibilidade também de se evitar o uso de estereótipos que associem as crianças e os adolescentes ao consumo e a padrões alheios à sua realidade, e o uso constrangedor ou discriminatório de suas imagens.

Uma importante fonte para estudo das “coberturas-referência” são as reportagens inscritas no Grande Prêmio de Jornalismo Ayrton Senna, que, desde 1997, destaca os bons exemplos de jornalismo social na imprensa brasileira. O GP tem o objetivo de reconhecer e premiar profissionais da imprensa que abordem as questões infanto-juvenis sob uma ótica mais ampla – a ótica do desenvolvimento humano –, levando os temas relevantes às novas gerações ao centro das discussões para formar consciências e gerar

mudanças. Representa o único Prêmio Nacional voltado exclusivamente ao desenvolvimento humano das novas gerações e que motiva os profissionais a uma mudança na abordagem para um trabalho qualificado, que trate de forma ampla as questões da infância e da adolescência. Os resultados expressivos da iniciativa e que têm tido o reconhecimento e a mobilização dos profissionais da área como um dos mais prestigiados prêmios do jornalismo brasileiro (8.280 matérias inscritas, participação de 4.505 jornalistas) evidenciam a necessidade de se recuperar no jornalismo o desafio de que é possível aprofundar a abordagem e a qualidade das matérias sobre desenvolvimento humano (SENNA, 2005).

Desafio estratégico

Há um movimento mundial crescente de resistência nas questões relativas à infância e à mídia, em que muitas organizações então engajadas (ONU, UNESCO, UNICEF, BICE, Associação Internacional para Criança e Pesquisadores da Mídia, Conselho Mundial para a Educação em Mídia...). No Brasil, cresceram, na última década, as organizações não-governamentais que se ocupam da temática, num viés sócio-político e cultural. Entre tantas, destacam-se a Rede ANDI Brasil e América Latina e o Instituto Ayrton Senna. Com diferentes estratégias, ambas trabalham em prol de uma nova cultura jornalística, na abordagem da temática infância e adolescência. São corresponsáveis em um processo a partir do qual a temática vem tomando, de forma significativa, uma dimensão pública. Isso tem ocorrido através da priorização da temática na imprensa brasileira.

O novo desafio estratégico é o de unir esforços, trabalhar de forma integrada, combatendo a dispersão das iniciativas e formando uma rede de equipes de pesquisa, incluindo as universidades. Dessa forma, será possível contemplar os diferentes ângulos dos complexos objetos de pesquisa, podendo-se avançar no processo de transformações culturais, necessárias para uma plena vigência da Convenção dos Direitos da Criança. Trata-se do desenvolvimento de um compromisso comum e de um projeto coletivo, em que a situação e os direitos da infância, bem como a responsabilidade dos meios e dos profissionais no tratamento da temática, sejam agendados de forma relevante também no fazer acadêmico dos cursos de Comunicação.

É responsabilidade própria da Universidade buscar o conhecimento da problemática da infância e da adolescência, a análise de suas causas e seus efeitos de maneira rigorosa, contribuindo, a partir desse saber, para que o tema esteja presente na agenda pública. Assim, entende-se que é possível trabalhar no meio acadêmico, de forma integrada com instituições extra-universidade, a favor de propostas alternativas, na promoção dos direitos e na prevenção dos maus-tratos. É também responsabilidade das Universidades comprometer-se com a formação de profissionais sensíveis e preparados para

cumprir adequadamente suas responsabilidades profissionais, frente às situações que afetam a infância.

A Infância no noticiário latino-americano

A pesquisa *Conocer para intervenir: infancia, violencia y medios* dá conta de tendências atuais da cobertura da infância no noticiário televisivo e impresso, dos oito países latino-americanos pesquisados, e põe em evidência a existência de muitas infâncias e adolescências. A seguir são apresentadas algumas conclusões extraídas do Informe Final Brasil (JACKS, ROSA, MORIGI et al., 2004) e do Informe Final Geral (MARONA E VILELA, 2004), elaborado a partir dos relatórios dos países de origem.

A paisagem diversificada que se evidencia na descrição da situação da infância em cada país nem sempre é nítida nas representações que circulam em seus respectivos meios. Os contextos urbanos ou rurais, o entorno geográfico e cultural, a diversidade étnica e as classes sociais em que vivem e crescem as crianças e os adolescentes que marcam realidades e trajetórias diversas são aspectos que freqüentemente aparecem diluídos nas representações. As diferenças identitárias são encobertas por modos de narrar e se perdem nos contextos. Não obstante, é importante assinalar que as representações de infância que circulam nos meios se distanciam muito de uma homogeneidade, tanto no que se refere a temáticas como no que se refere ao seu tratamento jornalístico. Portanto, observou-se a coexistência de multiplicidade e homogeneidade.

30

Como pano de fundo da diversidade da infância e da adolescência, constata-se algumas continuidades e persistências. A realidade nos países estudados mostra invariavelmente cifras assustadoras, em relação à situação das crianças e dos adolescentes. Eles nascem e crescem nos lugares de maior empobrecimento e formam parte da maioria mais pobre. Ainda que haja uma variação na proporção que crianças e adolescentes ocupam em cada país, em todos se evidenciam as mesmas dimensões da pobreza: empobrecimento, inserção precoce no mercado de trabalho, exploração, exclusão do sistema educativo e aumento de sujeitos em situação de rua.

Quanto à visibilidade da infância nas notícias, observou-se que esse assunto esteve presente em todo o período, ainda que isso não signifique que tenha ocupado o maior volume de informação. As crianças e os adolescentes aparecem no noticiário em diferentes esferas de ação ou funções. Em alguns casos, são predominantemente objetos do problema, estando na condição de vítimas, daqueles que precisam do cuidado e da proteção, seja dos pais, seja do poder público. Em outros, as crianças e os adolescentes são apresentados na condição de agressores. Há, ainda, situações em que são caracterizados de forma ambígua, pois são percebidos como vítimas e agressores ao mesmo tempo.

As categorias que registram o maior número de notícias variam em cada país, evidenciando as problemáticas específicas agendadas pela TV e pela imprensa. Por exemplo, na Argentina, a categoria violência – muito marcada pelo tema seqüestro – e a categoria abuso são constantes nos informativos. No Chile, a categoria saúde ocupa o primeiro lugar, e em segundo estão as notícias referidas a abuso. Na Bolívia, a violência em todas as suas expressões ocupa a terça parte dos telenoticiários pesquisados e quase a quinta parte da imprensa. É interessante destacar que, na pesquisa da Bolívia, a categoria extravio nas denúncias ocupa 67%. O extravio implica a perda temporal ou definitiva de um menor de 18 anos, e nesse caso parecia estar ocultando outras situações: tráfico de crianças, em sua maioria menores de seis anos, prostituição infantil, infanticídio, que aparecem como casos registrados na imprensa.

No Brasil, as temáticas de maior visibilidade no jornalismo impresso foram a pobreza e a exclusão (17,7%), evidenciando que esses temas constituem alguns dos elementos responsáveis pelos demais tipos de violência. Em segundo lugar, aparece a educação, com 14,3% das matérias, e em terceiro, o tema situação de rua, com 12,11% das notícias. No jornalismo televisivo, as temáticas que abrangem questões como curiosidades, casos médicos e cobertura de eventos sobre a infância foram as que tiveram maior visibilidade (33,3 %). Em segundo lugar aparece o tema educação (22,2%); em terceiro, saúde (19,6%). As demais notícias estão pulverizadas em uma diversidade de temáticas: violência sexual, violência doméstica, violência praticada por menores, entretenimento e jogos e trabalho infantil.

A linguagem utilizada tende à estratégia da espetacularização da notícia, enfatizando o conteúdo dramático e o apelo emocional. A eleição da notícia e a sua permanência na mídia estão, muitas vezes, determinadas por características que possibilitam a espetacularização. Essa estratégia pode ser evidenciada na forma como as notícias são anunciadas. Como exemplo, pode ser citado o título de uma reportagem analisada no Brasil, “Uma tragédia em cinco atos”, que utiliza elementos lingüísticos da dramaturgia para narrar o assassinato de cinco crianças. A espetacularização pode ser evidenciada também nos fragmentos narrativos dessa mesma reportagem, em que os elementos emotivos são reforçados através da manipulação das palavras: “[...]a maior facada que atravessa a barriga de lado a lado, perfurou o fígado. As outras são pontações nas costas, nas pernas e no rosto” (ZERO HORA, 11 abr. 2004).

O componente emocional tende a ser intenso, no manejo das palavras e nos planos e fotos, de tal forma que a informação e a explicação não são prioridades na construção da notícia. Sob a aparência de um maior realismo ou de um acesso direto ao “real”, salienta-se o gesto, o choro/lamento, o testemunho. A voz em *off* do narrador, a eleição dos termos para nomear os atores (“o monstro”, “o perverso”), a adjetivação, o uso do diminutivo são

recursos que tendem a enfatizar o melodramático e a renunciar a uma função de explicação e compreensão dos temas.

As estratégias de espetacularização da notícia estão presentes no noticiário, mas se exacerbam em alguns programas jornalísticos, como no caso analisado pela equipe da Argentina *Edición Chiche*, que recorre à reconstituição/recriação de fatos, movendo-se em um terreno fronteiro entre a realidade e a ficção. Vozes em *off* de crianças, sobre imagens em penumbra que as representam, lêem o testemunho do abuso a que foram submetidas várias crianças por parte de sua professora em um jardim de infância. Complementa essa atuação a enumeração das conseqüências que poderiam ter ocorrido com essas vítimas: depressão, suicídio, entre outras. A música, articulada com as imagens dos atores, agrega mais dramatismo aos fatos, contribuindo para sua ficcionalização, a exemplo do que ocorre no Brasil com o programa *Linha Direta*, da Rede Globo.

O tratamento da infância tende a representar as crianças como depositárias da ação dos adultos, independentemente de essas ações serem resultado de um papel positivo ou negativo. As vítimas são somente vítimas: dá-se pouca relevância a outras dimensões que não se referem à sua instalação nesse papel passivo. Inclusive quando existem alguns signos proativos, eles ficam diluídos.

Quanto às estigmatizações que se produzem sobre a criança, no geral, referem-se a uma infância “vítima”, “frágil”, “sujeitada” e “dependente”, física e emocionalmente, dos adultos. Prevalece a concepção das crianças como “tutelados” da ação dos adultos, dando-se pouca importância a outras dimensões que se referem a um papel proativo. Os temas abordados mostram os personagens infantis submetidos ao poder que os adultos exercem sobre eles. As possibilidades de ação das crianças são adiadas como promessa futura, são diluídas, ficando submissas à imagem do adulto, principalmente da mãe. Em alguns casos em que a mulher é apresentada como vítima da violência, as crianças aparecem em segundo plano, como sujeitos necessitados de atenção especial, mas também como agravantes da condição sofredora da mulher.

Observa-se um certo tratamento homogeneizante da notícia, salvo em sua dimensão espetacular. Como conseqüência, ocorre certa uniformidade das representações de infância que, muitas vezes, ignora as diferenças e as singularidades. Isso se evidencia, geralmente, em um tratamento coletivo e anônimo das vítimas, em que o sujeito se perde. A diferença étnica e social é uma dimensão que está sujeita a variantes no modo de ser apresentada. Em alguns casos, a condição indígena invisibiliza a dimensão de infância, que, às vezes, fica reduzida ao diminutivo; por exemplo, “*cholita*” (em castelhano significa a senhora ou adolescente solteira). A diferença é enfatizada, mas somente em traços estereotipados e sem um contexto. Outras vezes é dado um tratamento muito mais invasivo para a criança indígena ou para a negra do

que para a criança branca. Nesse sentido, é ilustrativo um dos casos analisados pelos pesquisadores no Chile sobre trabalho infantil. Neste caso a criança com traços indígenas foi exposta em suas emoções, enquanto a criança branca foi apresentada em um entorno familiar. Toda a representação marca um tratamento nitidamente diferencial: a criança branca é mostrada como organizada, rodeada de atributos positivos, enquanto as de traços indígenas são exibidas sozinhas, em cenas na rua, com seu rosto sofrido e choroso em primeiro plano. Provavelmente, isso escapa das intenções conscientes do produtor da notícia, mas o resultado, em sua forma, evidencia um tratamento diferenciado, mesmo quando se trata de uma criança pobre, mas branca, em relação a outra criança pobre, mas de raiz étnica diferente.

O informe elaborado pela equipe da Bolívia mostra, com muita clareza, esse aspecto, e o expõe através de vários dos casos analisados. O exemplo mais nítido desse ponto se constitui em um título do periódico Gente, em sua edição de 23 de abril: “Uma menina de 15 anos fugiu com seu cunhado”. Segundo a notícia, a mocinha tinha “roubado” um homem de 26 anos. Existe uma apresentação da notícia em que a vítima, objeto de um rapto, se converte na agente e é ridiculizada/responsabilizada. Para o meio escrito, o fato de ser uma *cholata* anula o significado de ser parte da infância boliviana.

No Brasil, a narrativa também constrói e caracteriza os personagens com um referencial em termos étnicos, culturais, sociais e morais, que acaba reforçando e legitimando as desigualdades entre as classes sociais. As crianças e os adolescentes de classe baixa são apresentados desprovidos de sua própria identidade. Recebem um tratamento genérico, coletivo: “rebentos”, “meninada”, “criançada”, destacando-se características ligadas ao asseio, a um comportamento dócil, inocente, submisso e esforçado: “eram cuidadas e bem educadas”, “se diferenciavam pela limpeza”, “elas estão no céu”, “eram crianças meigas, queridas”, “Elas tinham dificuldade de aprendizagem, mas eram esforçadas, educadas e cumpridoras das tarefas. Elas se destacavam pela vontade de aprender”. Os personagens pertencentes à classe alta, porém, têm sua identidade respeitada: “Maria Eduarda Dourado”, “Tarsila Gusmão”; além disso, recebem atributos estéticos valorizados na sociedade contemporânea: “bonitas”, “personagens”.

A mesma estratégia é utilizada na construção dos demais personagens. Os agressores de classe baixa são desqualificados como “maniaco”, “monstro”, “matador”, “sinônimo de violência”, enquanto os pertencentes à classe alta recebem atributos da linguagem jurídica: “agressor”, “criminoso”. Quanto à apresentação dos pais, a narrativa também reforça atributos de acordo com o enquadramento social. A mãe pertencente à classe baixa e negra foi caracterizada como: “bonita e vestida com apuro, a papeleira ajeita as unhas vermelhas e os cabelos”, “pernas e braços fortes”. As ações destacadas seguem a mesma linha de enquadramento social: “esta moça parece mãe cuidadosa, mas tinha que trabalhar”, “a papeleira mandou rezar missa de

um mês pela morte dos rebentos”. Sobre os pais pertencentes à classe alta foi dito: “Alza Gusmão”, “a mãe de Tarcila Gusmão queria saber de algum resultado, ficar por dentro de como estavam os procedimentos técnicos”; “o empresário”, “o pai de Maria Eduarda Gusmão contratou um advogado e se dispôs a pagar exames complementares nos corpos das vítimas, para esclarecer o assassinato da filha”.

Em relação aos crimes de violência sexual que ganharam visibilidade, observou-se que esse tema foi abordado nos casos em que envolveu vítima fatal, celebridade ou uma série de ocorrências. Os casos analisados evidenciam que esse tipo de problema está associado a uma diversidade de fatores históricos, econômicos, culturais e sociais, que tornam o ser humano vulnerável. A narrativa dos crimes apresenta peculiaridades, de acordo com a região e o nível cultural e social dos sujeitos envolvidos. O foco principal da narrativa jornalística centrou-se na fonte policial e no comportamento individual dos personagens envolvidos na trama. As causas, conseqüências e contextos ficaram em segundo plano. O esquema narrativo apresentou dificuldades em contemplar o acontecimento em toda a sua complexidade: atendimento, tratamento e reintegração social das vítimas, políticas públicas, ações preventivas, providências implementadas ou ignoradas, causas e conseqüências, impactos existenciais, familiares e sociais.

34

Observou-se, também, que existem dificuldades para se ter acesso a uma informação atualizada: em alguns casos, os dados têm um atraso de um ano ou mais; em outros casos, organismos oficiais que deveriam cumprir com essa função não possuem dados. A distância entre as denúncias registradas e a realidade se acentua em alguns casos, como o da Colômbia, especialmente em relação ao abuso sexual. Nesses casos, os dados emitidos por organismos oficiais são substancialmente menores que os estimados por organizações sociais que trabalham com essa temática. A apresentação de dados contraditórios e o uso de termos e conceitos imprecisos evidenciam a falta de consenso entre as diversas áreas que tratam da questão. Em decorrência disso, as informações veiculadas sugerem, muitas vezes, sentidos equivocados, como, por exemplo, “prostituição infantil” ao invés de “exploração sexual” e/ou “abuso sexual”, “menores” ao invés de “crianças e adolescentes”. Esses equívocos podem comprometer a credibilidade da notícia e o processo de conscientização social quanto à problemática.

É possível reconhecer, na narrativa jornalística, uma cidadania com leis, normas, direitos, informações e linguagens diferenciadas, de acordo com a região e o nível cultural e social dos envolvidos, podendo promover um cidadão dependente de seu enquadramento social. Os cuidados com crianças de classes média e alta dizem respeito à educação, à saúde e ao lazer (questões mais brandas e de caráter, a princípio, privado). Nas classes baixas, a preocupação é com trabalho infantil e violência (situações mais extremas e que envolvem o poder público). As crianças pobres estão inseridas num

ciclo vicioso de miserabilidade e abandono, submetidas à precariedade das políticas públicas, que são incapazes de assegurar proteção e desenvolvimento integral.

A infância e a adolescência estão inseridas em uma diversidade de modelos familiares: nucleares, patriarcais, matriarcais, desestruturados, estruturados sobre laços afetivos, mas não de parentesco, integrados com várias gerações e outros arranjos de convivência. As representações midiáticas dão conta da crise e da transformação da família, uma vez que o modelo família nuclear – “criança feliz” não teve a sua imagem consolidada. Em muitos casos, esse modelo familiar foi cenário de histórias de crianças e adolescentes violentados em seus direitos. A maioria dos atos violentos cometidos contra crianças e adolescentes, durante o período de investigação, não foi praticada por estranhos ou desconhecidos das vítimas, mas por alguém próximo, com amizade profunda ou relação familiar.

Considerações finais

Constata-se no jornalismo uma certa consolidação do espaço reservado à temática infância e adolescência. Sabe-se, porém, que a visibilidade, em si, não significa, obrigatoriamente, uma qualificação no debate público para busca de alternativas. Observou-se que os espaços disponibilizados nos veículos pesquisados foram insuficientes para analisar as diferentes nuances que envolvem a problemática da infância e que a caracterizam como fenômeno social. A contextualização das situações é escassa, restringindo-se frequentemente ao mero registro de fatos emergentes, no que fica visível a falta de investigação jornalística que ordene e explique a temática, pondo o acontecimento na dimensão dos demais problemas sociais que o envolvem.

Como pano de fundo da representação da infância e da adolescência, persiste o mapa da pobreza e da desigualdade social. Fica evidente o círculo vicioso da pobreza e da exclusão social, em que as crianças já nascem com mais ou menos chances de qualidade de vida, de acordo com sua etnia, classe social, renda familiar, escolaridade e região de origem.

A pesquisa evidenciou que as representações da infância se manifestam de forma diversa, mas no geral estão associadas com a imagem das crianças como seres “frágeis”, “vítimas” e “inocentes”, que necessitam do cuidado dos adultos. A representação passiva da infância está unida à concepção de que as crianças devem receber proteção e atenção especial, em suma, condições que lhes permitam constituir-se em “cidadãos futuros”. Instala-se, nas representações, uma “cidadania postergada” sustentada nas ações para evitar males presentes. Predomina o reconhecimento das necessidades assistenciais e de proteção em detrimento da concepção de uma “cidadania atual”, em condição de infância, que exigiria espaços de

expressão de vontade e de ação. Assim, constata-se que a forma como se narram os fatos, as presenças e ausências, para além das intencionalidades, têm conseqüências nas representações da infância e da adolescência que se configuram nos meios. No mesmo sentido, podem contribuir ou para a consolidação de estereótipos ou para a visibilidade de uma nova concepção de infância, sustentada no reconhecimento da criança como sujeito de direito.

Apesar dos avanços da pesquisa latino-americana sobre a temática da infância e da adolescência e da maior inserção da temática no espaço jornalístico e, como decorrência, na agenda pública, há ainda muitos desafios a serem assumidos. Trata-se de desafios de ordem teórica, metodológica e político-estratégica, na busca de uma nova prática de informar, com mais sensibilidade e ética – que pode resultar em uma nova cultura de infância.

Por fim, cabe salientar que a pesquisa *Conocer para intervenir: infancia, violencia y medios* proporcionou uma rica experiência local e em rede; o modelo de investigação utilizado exigiu treinamento e trabalho intenso por parte dos investigadores responsáveis e dos estudantes. O desenvolvimento do processo de investigação gerou conhecimento, e também envolveu os estudantes e os docentes em um processo de conscientização e aprendizagem sobre a temática da infância e dos seus modos de representação. A equipe de trabalho foi integrada por 19 docentes/investigadores e 120 estudantes de Comunicação de graduação e pós-graduação. No Brasil, a equipe foi composta por 46 integrantes, sendo seis pesquisadores, 21 alunos de graduação e 19 alunos de pós-graduação. Para muitos, foi a primeira experiência de investigação e a primeira oportunidade de reflexão profissional sobre a temática; para outros, serviu de marco do projeto de elaboração de monografias de graduação, dissertações de mestrado e teses de doutorado. Assim, o impacto da pesquisa expandiu-se para além do período de execução.

36

Referências bibliográficas

- ANDI. **Relatório Infância na Mídia**. Disponível em: <http://andi.org.br>. Acesso em: 6 jun. 2004.
- BICE. **Violencia sexual contra niñas, niños y adolescentes**. Propuestas de intervención. Montevideo: BICE, 2002.
- BRAGA, José Luiz. Constituição do campo da comunicação. In: NETO, Antonio Fausto; PRADO, José Luiz Aidar; PORTO, Sérgio Dayrel (orgs). **Campo da comunicação**. Caracterização, problematizações e perspectivas. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2001.
- CARLSSON, Ulla; FEILITZEN, Cecilia Von. A Criança e a Violência na Mídia. In: **A Criança e a Mídia**. Relatório do Comitê da ONU para os Direitos da Criança. São Paulo, Brasília: Cortez, UNESCO, 1999.

- JACKS, Nilda; ROSA, Rosane; MORIGI, Valdir José et.al. **Conocer para intervenir: infancia, violencia y medios**. Informe Final Brasil da Pesquisa. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.
- MARONNA, Mônica; VILELA, Rosario Sánchez. **Conocer para intervenir: infancia, violencia y medios**. Informe Geral Final da pesquisa. Montevídeu: Universidade Católica do Uruguai, 2004.
- MARONNA, Mônica; VILELA, Rosario Sánchez. **Conocer para intervenir: infancia, violencia y medios**. Documento de Trabalho 1,2 e 3 sobre objetivos, metodologia e fundamentos teóricos da Pesquisa. Montevídeu: Universidade Católica do Uruguai, 2004.
- MARQUES, W.E. **Infâncias (pré) ocupadas: trabalho infantil, família e identidade**. Brasília: Plano, 2001.
- MARTÍN-BARBERO, J. Desafios à Pesquisa em Comunicação na América Latina. In: BOLETIM INTERCOM 49/50, a. VII, jul./ago./set/out,1984.
- PONTE, Cristina. Imagens de crianças na imprensa de informação geral. In: HOHLFELD, Antonio; BARBOSA, Marialva (orgs.) **Jornalismo no século XXI: a cidadania**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.
- PONTE, C. **Crianças em notícia. A construção da infância pelo discurso jornalístico (1970-2000)**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.
- SEMINÁRIO DA PESQUISA, I, 2004, Montevídeu. **Conocer para intervenir: infancia, violencia y medios**. Montevídeu: Universidade Católica do Uruguai, 5 e 6 de abril de 2004.
- SENNA. Disponível em: <http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna/>. Acesso em: 30 abr. 2005.

Notas

- 1 - Referência aos pressupostos de Descartes, a partir dos quais há uma fragmentação do processo de conhecimento.

